

RECURSO ESPECIAL Nº 1.812.567 - SP (2019/0127177-4)

RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
RECORRENTE : CHRISTIANE SANCHES GALDEANO
ADVOGADOS : RENATA VILHENA SILVA E OUTRO(S) - SP147954
RAFAEL ROBBA - SP274389
RECORRENTE : AMIL ASSISTÊNCIA MÉDICA INTERNACIONAL S.A
ADVOGADOS : GUSTAVO GONÇALVES GOMES - SP266894
HENRIQUE FONTANA DE OLIVEIRA - SP324913
SOC. de ADV. : SIQUEIRA CASTRO ADVOGADOS
RECORRIDO : OS MESMOS

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por AMIL ASSISTÊNCIA MÉDICA INTERNACIONAL S.A em face de acórdão com a seguinte ementa:

PLANO DE SAÚDE. CONTRATO INDIVIDUAL. Reajuste de 70,36% por mudança de faixa etária aos 59 anos. Aplicação do entendimento firmado pelo STJ no julgamento do REsp 1.568.244/RJ. Legalidade dos reajustes em razão da mudança de faixa etária, desde que cumpridos alguns requisitos. Contrato individual posterior a 1/1/2004. Aplicação da Resolução nº 63/03 da ANS. Variação acumulada entre a sétima e décima faixas não pode ser superior à variação cumulada entre a primeira e sétima. Excesso detectado. Redução do reajuste para 58,90%, a fim de adaptá-lo à RN 63/2003. Sentença parcialmente reformada, para limitar o reajuste a 58,90% e condenar a ré à devolução dos valores pagos a maior. Sucumbência recíproca. Recurso parcialmente provido.

A parte recorrente sustenta que o acórdão estadual é omissivo, e que a apuração do percentual adequado e razoável de majoração da mensalidade em virtude da inserção do consumidor na faixa etária de risco, deve ser realizado por meio de cálculos atuariais na fase do cumprimento de sentença.

Quanto à alegada violação ao art. 1.022, I, II, do Código de Processo Civil, sem razão a recorrente, haja vista que enfrentadas fundamentadamente todas as questões levantadas pela parte, porém em sentido contrário ao pretendido, o que afasta a invocada declaração de nulidade.

No mais, a Corte de origem, ao decidir o tema controvertido, assim se manifestou:

Consta nos autos que a autora é beneficiária de plano de saúde individual operado pela ré, na modalidade AMIL 140, desde 05/02/2009 (fls.24), com previsão contratual de reajuste da mensalidade por mudança de faixa etária aos 59 anos em 70,36% (cláusula 14.4, “i” fls. 54).

Insurge-se a autora contra referido reajuste, reputando-o abusivo e em desconformidade com a legislação.

O Superior Tribunal de Justiça, em regime de recursos repetitivos, apreciou a questão, no julgamento do Recurso Especial nº 1.568.244 RJ, de relatoria do Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, nos seguintes termos:

(...)

Conforme entendimento do STJ, portanto, não há abusividade nos reajustes em razão de aumento de faixa etária, desde que observados e respeitados alguns requisitos.

No caso dos autos, trata-se de contrato novo, firmado após 1/1/2004, de maneira que devem ser respeitadas as regras da Resolução Normativa - RN nº 63, de 22 de dezembro de 2003.

(...)

No caso, o contrato prevê expressamente a existência de 10 faixas etárias com variações entre as faixas de 0%, 30%, 10%, 9%, 10%, 10%, 29,9%, 15%, 25% e 70,36% (fls.53/54).

A variação acumulada entre a primeira e a sétima faixas (98,9%) é inferior à variação acumulada dali até a décima faixa (110,36%).

Nos termos da RN 63/2003, está sendo cobrado a maior o percentual de 11,46% (110,36%-98,9%).

Ademais, a variação dos valores do plano de saúde (de R\$2.527,64 para R\$3.416,97, quando a autora completou 59 anos), se entremostra excessiva.

Além disso, o contrato já prevê o repasse anual da variação de custos médico-hospitalares (o que permite, como efeito cascata, uma proteção muito maior em comparação aos planos de saúde vinculados aos reajustes da ANS) e não apresentou a ré qualquer estudo atuarial ou explicação técnica sobre a efetiva necessidade de aplicação do reajuste da faixa dos 59 anos de idade, acima, inclusive, do limite imposto pela Resolução 63 da ANS.

Desta forma, deve o reajuste ser reduzido para 58,90% (70,36% - 11,46%), a fim de se adaptar à RN 63/2003.

Assim, a sentença deve ser parcialmente reformada, para limitar o reajuste por mudança de faixa etária aos 59 anos em 58,90%, condenando a ré a restituir, de forma simples, os valores pagos a

Superior Tribunal de Justiça

maior, corrigidos desde o desembolso, pelos índices da Tabela Prática do Tribunal de Justiça, e acrescidos de juros de mora de 1% a partir da citação.

Com efeito, sem razão a recorrente, pois o Tribunal revisor não anulou a cláusula de reajuste por faixa etária, não havendo, portanto, de se falar em cálculo atuarial em fase de cumprimento de sentença, nos termos do REsp 1.568.244/RJ.

Em face do exposto, nego provimento ao recurso especial. Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/15, majoro em 10% (dez por cento) a quantia já arbitrada a título de honorários em favor da parte recorrida, observados os limites estabelecidos nos §§ 2º e 3º do mesmo artigo.

Intimem-se.

Brasília (DF), 1º de abril de 2020.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora